



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Fatores condicionantes da inadimplência de microempreendedores em programas de microcrédito na macrorregião de Picos-PI

Factors facing the delinquency of micro entrepreneurs in microcredit programs in the macroregion Picos-PI

Autores: Janderson Leal Magalhães¹, Icaro Jardel Ferreira da Silva² e Fagunes Ferreira de Moura³

¹Graduando em Administração pela UFPI;

²Graduando em Administração pela UFPI;

³Professor da UFPI, mestre, orientador.

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

M188f Magalhães, Janderson Leal

Fatores condicionais da inadimplência de microempreendedores em programas de microcrédito na macrorregião de Picos-PI / Janderson Leal Magalhães, Ícaro Jardel Ferreira da Silva– 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (29 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador(A): Prof. Me. Fagunes Ferreira de Moura.

1. Inadimplência. 2.Risco de Microcrédito. 3.Microfinanças.
I. Silva, Ícaro Jardel Ferreira da. II. Título.

CDD 332.175 3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Janderson Leal Magalhães e Icaro Jardel Ferreira da Silva

**Fatores condicionantes da inadimplência de
microempreendedores em programas de microcrédito na
macrorregião de Picos-PI**

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

- Aprovado(a)**
 Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 30 de novembro de 2017.

Fagundes Ferreira de Moura

Prof. Me. Fagundes Ferreira de Moura
Orientador

Douglas Moraes Bezerra

Prof. Me. Douglas Moraes Bezerra
Examinador 1

Renata Tomaz Cunha de Sousa

Profa. Esp. Renata Tomaz Cunha de Sousa
Examinadora 2

RESUMO

O objetivo geral do artigo é identificar e analisar os fatores condicionantes da inadimplência de microempreendedores formais e informais da macrorregião de Picos-PI com base em programas variados de microcrédito. O referencial teórico está assentado em trabalho de Alves e Camargos (2014). Os procedimentos metodológicos empregados mesclam pesquisa qualitativa e quantitativa com aplicação de questionário de diagnóstico estruturado. Esses questionários foram aplicados com uma população de pessoas que contraíram empréstimos de microcrédito nos últimos 12 meses na macrorregião de Picos; e com 30 agentes de microcrédito entrevistados, que atendem em 29 cidades da macrorregião de Picos-PI, com experiência de atuação de pelo menos dois anos. No questionário aplicado com os clientes foi utilizada a escala de níveis de concordância e discordância proposta por Likert (1967). Os resultados encontrados possibilitam concluir que os microempreendedores da macrorregião de Picos possuem o microcrédito como uma das principais – talvez a principal – alternativa para solucionar seus problemas de capital de giro, dívidas e empréstimos, não apenas para garantir a manutenção de seus negócios, mas para destinação estranha ao objetivo original do empréstimo, que seria obtenção de capital de giro e alavancagem do microempreendimento.

Palavras-chave: Inadimplência. Risco de microcrédito. Microcrédito. Microfinanças.

ABSTRACT

The general objective of this article is to identify and analyze the factors determining the default of formal and informal microentrepreneurs in the Picos-PI macro-region based on varied microcredit programs. The theoretical reference is based on work by Alves and Camargos (2014). The methodological procedures used merge qualitative research and application of a structured diagnostic questionnaire. These questionnaires were applied with a population of people who borrowed microcredit in the last 12 months in the Picos macro-region; and with 30 microcredit agents interviewed, who serve in 29 cities in the macro-region of Picos-PI, with experience of at least two years. In the questionnaire applied with the clients was used the scale of agreement and disagreement levels proposed by Likert (1967). The results show that microentrepreneurs in the macro-region of Picos have microcredit as one of the main - perhaps the main - alternatives to solve their problems of working capital, debt and loans, not only to ensure the maintenance of their business, but also to destiny strange to the original purpose of the loan, which would be obtaining working capital and micro-leverage leverage.

Keywords: Non-compliance. Microcredit risk. Microcredit. Microfinance.

1 Introdução

A crise política, econômica e social que assolou o Brasil nos últimos anos, trazendo desemprego, inflação, perda do poder de compra da população e endividamento, sobretudo aos mais pobres, afetou diretamente o mercado de microcrédito e os microempreendedores (OKANO; FERNANDES, 2017). De acordo com indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), em junho de 2015, o Brasil tinha 8.354 milhões de desempregados. Um ano depois já eram 11.586 milhões de pessoas sem emprego. Entre fevereiro e abril deste ano, o país chegou a escala preocupante de 14 milhões de desempregados. A maior para esse trimestre desde que se iniciou a série histórica, em 2012.

Embora tenham mais chances efetivas de obter uma maior renda, em comparação com os trabalhadores assalariados, os microempreendedores são mais vulneráveis às oscilações gerais do mercado financeiro, do mercado de crédito e da economia em geral. Em grande medida, essa vulnerabilidade também se deve à diminuição dos investimentos injetados no país, justamente em virtude da atual crise financeira, embora é sabido que, como coloca Trías de Bes e Kotler (2011), momentos de crise do mercado também são propícios para a ação e inovação dos microempreendedores, pois representam oportunidades de estes exercitarem sua criatividade por meio de modelos de inovação flexíveis. Para tanto, o microempreendedor precisa seguir um conjunto preciso de etapas do processo de inovação, que inclui objetivos, pesquisa, ideias, avaliação, desenvolvimento e lançamento.

No pensamento de Gonzalez, Porto e Diniz (2017), um serviço financeiro do campo das microfinanças, o microcrédito, surgiu como uma alternativa de inclusão social e implementação de empreendimentos de pequeno e médio porte, formais e informais, por meio de financiamentos e empréstimos destinados às atividades geradoras de renda. Segundo Santos (2016a), a década de 1990 marcou o início de um significativo processo de financeirização da economia brasileira, mas foi em meados dos anos 2000 que as políticas de financiamento destinadas ao combate à pobreza se tornaram uma realidade mais forte, a partir da criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), em 2004. Como resultado desse processo no plano das microfinanças, o crescimento do microcrédito no país foi possibilitado pela influência do setor público, representado, principalmente também, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que dispunha e dispõe do Programa Crediamigo, o maior exemplo desse segmento no Brasil, que emprega a metodologia do aval solidário.

Em geral, a natureza da força de trabalho do empreendedor brasileiro é caracterizada por uma diversidade no quadro ocupacional. Assim, há mais de duas décadas e meia, o trabalho assalariado é pouco representativo das condições de funcionamento dos mercados de trabalho. Como um movimento quase natural desse quadro circunstancial, a partir dos anos 2000, o emprego por conta própria tornou-se a principal perspectiva de renda para os trabalhadores que perderam o emprego ou que decidiram investir em algum negócio de seu interesse (BRAGA, 2011). Nesse sentido, as soluções em microcrédito são uma oportunidade para alavancar um negócio que ainda está se estruturando.

Assim, as microfinanças e o microcrédito destacam-se como uma solução socioeconômica de (re) inserção social desses cidadãos menos favorecidos economicamente em relação ao mercado de trabalho ou daqueles que buscam tais serviços financeiros como fonte de incremento, quando sua renda assalariada não é suficiente para suprir suas necessidades básicas de subsistência ou um negócio gerido por conta própria. A principal vantagem desse tipo de serviço financeiro é que as parcelas são pagas em um curto espaço de tempo e os juros são baixos, em média, entre 1,2% e 4% ao mês, o que, principalmente depois dos anos 2000,

favoreceu a implementação das políticas creditícias no setor das microfinanças, como forma de amenizar os desequilíbrios econômicos e auxiliar o microempreendedor (SANTOS, 2016a).

Conforme estipula o Banco Central do Brasil (BCB) (2015), o microempreendedor pode ser tanto uma pessoa física quanto uma pessoa jurídica, trabalhador/microempreendedor rural ou urbano. As empresas de microcrédito têm implementado também metodologias diferenciadas de concessão de crédito, enquanto uma estratégia de combate à pobreza, já que o governo brasileiro tem se mostrado um agente relativamente ineficaz na tentativa de garantir a continuidade dos pequenos negócios. Por extensão, essas instituições financeiras contribuem para ajustar a dinâmica da economia, estimular investimentos e auxiliar na manutenção dos negócios de pequenos empresários e microempreendedores, muito embora a oferta de crédito e o custo de transação das operações de microcrédito nem sempre são acessíveis para as camadas mais baixas da população (COLODETI, 2011).

Segundo Alves e Camargos (2014), essas ferramentas financeiras de oferta de crédito são fundamentais para possibilitar o acesso aos bens de produção que permitem aumentar investimentos em ativos fixos e, ao mesmo tempo, manter um volume adequado de capital de giro, proporcionando aumento das vendas e possíveis melhorias no resultado final do empreendimento. Por outro lado, Roodman (2012) explicita que depois de três anos de pesquisa, análise sistemática de dados e debates no Vietnã e nos Estados Unidos, o autor chama a atenção para o fato do microcrédito fabricar pessoas sem condições de honrar com seus compromissos financeiros, uma vez que oferece certa margem para a ocorrência da inadimplência. Porém, é preciso considerar que Roodman (2012) ainda não estudou profundamente o microcrédito no contexto da realidade financeira do Brasil. O pesquisador sugere então outras alternativas de serviços de microfinanças como seguros e poupanças. Mesmo assim, no caso da realidade social brasileira, ele reconhece que os programas de microcrédito são uma boa alternativa de obtenção de crédito, uma vez que através deles se pode diminuir as desigualdades sociais, gerando renda e emprego, opinião também compartilhada por Santos (2016a).

Geralmente, como sugerem Torga, Barbosa e Ferreira (2017), os custos para oferta de crédito são bastantes elevados, no que diz respeito à efetuação dessas operações pelas classes mais pobres da sociedade. Mesmo que essas operações sejam empréstimos de pequenos valores, os riscos de endividamento desses microempreendedores podem ser evitados e explicados talvez, pelo baixo nível de organização dos empreendimentos, pela ausência de educação financeira, bem como, pela falta de orientação/consultoria empresarial qualificada, ou ainda, por outros fatores mais específicos que esse estudo tem como finalidade descobrir. Percebe-se que, tanto Alves e Camargos (2014), assim como, Torga, Barbosa e Ferreira (2017), Santos (2016a) e Roodman (2012) concordam que o microcrédito é uma alternativa possível, mas não necessariamente a mais adequada, de acordo com cada empreendimento e a cultura de cada país.

A problemática que orienta o trabalho proposto é descobrir no contexto da macrorregião de Picos-PI o efeito dos variados programas de microcrédito em relação às principais causas que levam os microempreendedores a atrasar suas dívidas perante programas de microcrédito? Assim, o objetivo geral é identificar e analisar os fatores condicionantes da inadimplência de microempreendedores formais e informais da macrorregião de Picos-PI com base em programas de microcrédito. Os objetivos específicos são: caracterizar o perfil dos empreendedores inadimplentes da macrorregião de Picos-PI que utilizam programas de microcrédito; descrever as causas que ocasionam o endividamento dos microempreendedores; e verificar os fatores condicionantes mais recorrentes e suas respectivas características.

O problema de pesquisa surgiu das seguintes interrogações: como os microempreendedores da região de Picos-PI estão solucionando os problemas de capital, dívidas e empréstimos, para garantir a manutenção de seus negócios? O microcrédito tem sido

uma alternativa viável dos microempreendedores da macrorregião de Picos? Qual o impacto desse tipo de serviço financeiro no processo de endividamento destes microempreendedores?

Essas problematizações são decorrentes do fato de que vivemos um crítico cenário financeiro, onde os fatores condicionantes (determinantes) da inadimplência (ou do nível de endividamento) de microempreendedores da macrorregião de Picos, assim como em todo o país são de fato questões que necessitam da atenção de consultores, gestores, empresários e pesquisadores da área de Administradores de Empresas.

Além desta introdução, este estudo está estruturado da seguinte maneira: referencial teórico (As microfinanças: contexto histórico e conceituação; o microcrédito e o microempreendedor; o risco do microcrédito na concessão de empréstimos), procedimentos metodológicos (Delineamento da pesquisa, população e amostra da pesquisa, instrumento e estratégia de coleta de dados e estratégia de análise de dados), análise e discussão dos resultados (Caracterização dos microempreendedores inadimplentes, fatores de maior recorrência de inadimplência, fatores de média recorrência de inadimplência e fatores de menor recorrência de inadimplência), considerações finais e referências.

2 Referencial teórico

2.1. As microfinanças: contexto histórico e conceituação

Neste referencial teórico é apresentado o contexto histórico geral de surgimento do conceito de microfinanças no âmbito do debate científico, ou seja, por volta da década de 1970; assim como, os principais debates e questões que envolvem as microfinanças no contexto histórico brasileiro, seu efeito sobre o sistema financeiro, sua importância para os microempreendedores e para a redução das desigualdades socioeconômicas; a relação entre microcrédito e microempreendedor; e os possíveis riscos de endividamento do microcrédito na concessão de empréstimos.

Os debates e o conceito de microfinanças começaram a povoar o debate científico por volta de meados da década 1970, quando foi fundado o *Grameen Bank*, em Bangladesh, em 1976, um país asiático quase completamente rodeado pela Índia (SANTOS, 2016c). Seu principal precursor foi o economista e professor Mohammad Yunus, fundador do *Grameen Bank*, conhecido como banqueiro dos pobres e vencedor do prêmio Nobel da Paz em 2006, uma figura visionária em relação ao seu tempo (SANTOS, 2016b). Entretanto, há indícios de que as microfinanças originaram-se bem antes do seu então precursor massificá-las pelo mundo, pois já em 1846, teve-se então a primeira experiência clara de microfinanças, no atual território alemão, quando nem sequer a Alemanha estava unificada⁴ e formava a nação da Prússia. Somente a partir de 1976, em Bangladesh, que Yunus percebeu que as pessoas pobres não tinham acesso ao crédito em bancos e recorriam a agiotas para tomar empréstimos. Com isso, ajudado pelos seus próprios alunos, Yunus iniciou um trabalho de concessão de empréstimo a uma parcela dessa população pobre que vivia ao redor da Universidade de Chittagong, criando desde então a metodologia do aval solidário (MANGA, 2015).

Segundo Santos (2016c), no Brasil, a União Nordeste de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), foi quem deu início às iniciativas pioneiras de microcrédito no país, ainda em 1973. Entretanto, de acordo com Freitas (2013), na América Latina, só por volta do final da década de 1980, e, de forma mais recorrente, apenas na década de 1990, foi que houve a propagação de experiências de microfinanças e de microcrédito. Esse movimento ganhou força devido ao crescimento do trabalho informal, geralmente exercido por pessoas de baixa renda, mas também em razão da concentração financeira na região sul do continente sul-americano.

⁴A unificação só veio 25 anos depois, em 1871.

Apesar de ser conhecida no Brasil desde o princípio a década de 1970, a questão das microfinanças, e, principalmente, a concessão de microcrédito só ganhou contornos de uma política de Estado entre os anos de 1994 e 2005, pois o governo federal estava preocupado em gerar renda e reduzir a pobreza, uma vez que desde os anos 1970 se vivia no Brasil um processo de crise do capital, altas taxas de inflação, reestruturação produtiva e neoliberalismo, gerador de estratégias keynesianas de regulação da produção e do consumo que, por sua vez, já vinham desde os anos 1930 (COLODETI; LEITE, 2012).

No Brasil, conforme explicitado, as microfinanças se popularizaram com mais força a partir dos anos 2000. Esse processo foi intensificado enquanto uma política de Estado a partir da implementação do Programa Crediamigo, pelo BNB, ainda em 1998, estando vigente até os dias de hoje, como uma alternativa para estimular o empreendedorismo local, num momento de grave desemprego no país (SANTOS, 2016a). Outra grande contribuição para a popularização das microfinanças, e, conseqüentemente, do microcrédito no Brasil veio com a implementação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em 2004, que foi pautado pelo reconhecimento das organizações de microcrédito que já funcionavam no Brasil; prioridade na concessão de microcrédito a pequenas unidades produtivas; e emprego do método de operação, que se utiliza da pessoa do agente de crédito para avaliar o empreendimento, ponderar a utilidade e viabilidade do negócio, no intuito de evitar a inadimplência (BRASIL, 2017).

Para Gonzalez, Porto e Diniz (2017, p. 187): “o que atualmente se denomina microfinanças surge a partir de soluções e práticas inovadoras que superem os obstáculos dos problemas informacionais e reduzam os custos de transação”. Assim, o movimento financeiro global tende a multiplicar as diversas experiências de microfinanças ao redor do mundo, combinando inovações como empréstimos em grupo e o emprego de agentes de microcrédito, profissionais incumbidos do levantamento de dados sobre os tomadores, sobretudo, se esses empreendedores ou grupos são novos, assessoria e acompanhamento dos negócios dos clientes, emissão e análise de relatórios técnicos, além de cobrança e recuperação de créditos de microempreendedores em situação de inadimplência.

Segundo Borba (2012), as microfinanças incluem o microcrédito. Com o aumento das pesquisas no campo das microfinanças, seu conceito tem se diversificado com as revisões bibliográficas, o cruzamento e a análise de dados. Desse modo, o universo de incidência das microfinanças tornou-se vasto, abrangendo, assim, prestação de serviços financeiros destinados especificamente para a população de baixa renda, que tradicionalmente não consegue obter empréstimos na maioria dos bancos nacionais, utilizando de uma metodologia diferenciada. Alguns desses serviços são obtidos por meio de poupanças, bancos públicos, bancos privados, organizações não-governamentais, cooperativas e instituições não financeiras, mas que atuam no mercado de microcrédito priorizando atender a população de baixa renda.

Nesse sentido, trata-se não apenas de empréstimos de pequeno montante, mas de diversos serviços como poupança, seguros e outros serviços financeiros especializados que essas pessoas tradicionalmente não usufruíam.

Para Freitas (2013), a principal função das microfinanças é aumentar a capilaridade do sistema financeiro em seus diversos segmentos, proporcionando ênfase ao crédito, à poupança e ao seguro como instrumentos financeiros da reprodução social de famílias de baixa renda. Essa concepção de crédito propicia o desenvolvimento de microempreendimentos, gerando emprego e renda, além de possibilitar melhores condições de vida às pessoas e ajudá-las a superar sua condição de pobreza. Entretanto, Freitas (2013) argumenta que o conceito de microfinanças não é de fácil de definição. Para o autor, as microfinanças não se restringem somente a pequenos empréstimos, mas se enquadram ainda numa série de serviços financeiros, dentre os quais o microcrédito é o principal, incluindo também o crédito imobiliário, as micropoupanças e os microsseguros.

2.2 O microcrédito e o microempreendedor

O conceito de microcrédito possui implicações e conotações variadas. Entretanto, em suma, os empréstimos em microcrédito se enquadram em um tipo de microfinanças que possui um dos menores valores entre os empréstimos do mercado de créditos, pois é destinado a atender um grupo bastante específico de empreendedores, que pretendem construir, realizar uma manutenção ou alavancar um negócio de pequeno porte (ALVES; CAMARGOS, 2014).

Picos-PI possui uma macrorregião com aproximadamente 30 cidades. Entre alguns dos negócios mais rentáveis dessa macrorregião pode-se destacar o ramo de postos de gasolina, o beneficiamento do caju, o ramo educacional, a área de saúde, o ramo de alimentação e a agricultura familiar de gêneros agrícolas como feijão, arroz, milho, o próprio caju e a mandioca, além da criação de galináceos, bovinos, caprinos, equinos, muares, ovinos e suínos (IBGE, 2006, 2015). Daí a necessidade de analisar tanto microempreendedores endividados, formais quanto informais, urbanos quanto rurais, que já contraíram dívidas de microcrédito no último ano, como forma de alavancar seus respectivos negócios.

Eventualmente, microfinanças e microcrédito podem ser tomados como sinônimos, muito embora não sejam, na medida em que o microcrédito seria uma derivação do conjunto de opções creditícias de que dispõe as microfinanças. Mas Santos (2016c, p. 87) retira qualquer dúvida nessa direção. Para a autora:

Microfinanças e microcrédito diferenciam-se na medida em que o microcrédito é considerado um dos produtos das microfinanças. O microcrédito ainda divide-se em microcrédito de consumo e microcrédito produtivo. Este último ainda pode ser orientado, quando é acompanhado por um agente de crédito.

O microcrédito também pode ser considerado um empréstimo de pequeno montante. Em sua origem histórica, o grande diferencial dos programas e instituições de microcrédito, através de métodos especiais de concessão de empréstimo foi sua perspectiva de inserção social de pessoas de classes menos favorecidas, que por diversos motivos da dinâmica da economia, crise econômica, desemprego, endividamento ou para alavancar um pequeno negócio, por exemplo, foram prejudicadas tanto em seus microempreendimentos quanto em sua capacidade financeira de administrar suas famílias. Além disso, o microcrédito possui a vantagem de atender tanto demandas de microempreendedores formais quanto informais, sendo inclusive, uma forma de contrair empréstimo das formas menos burocráticas. Os agentes que visitam esses microempreendedores também oferecem um serviço de gestão e consultoria, sejam eles famílias, pessoas físicas, microempresários, donos de negócios formais ou informais, microempreendedores urbanos e rurais (ALVES; CAMARGOS, 2014).

Já o microempreendedor é um indivíduo que muitas vezes aproveita a extensão de sua própria casa para montar seu negócio. Geralmente, o mesmo contrai empréstimos com familiares e quase sempre seu negócio necessita de capital de giro, o que se torna uma ameaça constante para a continuidade do empreendimento. Assim, avaliando caso a caso, o microcrédito é uma alternativa plausível para manutenção do negócio, enquanto o mercado se estabiliza e economia retoma sua normalidade (VIEIRA; BARBOSA, 2017).

As operações de microcrédito no país são reguladas pela resolução nº 4.152, de 30 de outubro de 2012, do BCB. Entretanto, essa resolução já foi alterada pela legislação mais recente⁵. Assim, estão todos sujeitos a essa resolução os bancos múltiplos, os bancos

⁵Ver, por exemplo as seguintes leis: nº 12.249 de 11 de junho de 2010; nº 12.666 de 14 de junho de 2012 (subvenção); 12.810 de 15 de maio de 2013 (subsidiárias); e a lei 11.110, 25 de abril de 2015.

comerciais, os bancos de desenvolvimento, as cooperativas de crédito, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as agências de fomento, as sociedades de crédito ao microempreendedor, as empresas de pequeno porte e a Caixa Econômica Federal (CEF) (BCB, 2012). Ressalta-se ainda que a possibilidade de conseguir um empréstimo é extensiva a uma série de situações, pessoas, modalidades de microcrédito e tipos de empreendimento.

A referida resolução define operação de microcrédito em seu artigo segundo, que diz: “Art. 2º. Considera-se operação de microcrédito a operação de crédito realizada com empreendedor urbano ou rural, pessoa natural ou jurídica, independentemente das fontes dos recursos [...] (BCB, 2012, p. 1)”. Em outras palavras, o microcrédito está inserido num conceito mais específico do campo das microfinanças, por trata-se de um serviço de microfinanças destinado ao microempreendedor e à população de baixa renda, podendo ser conceituado:

[...] como a atividade que, no contexto das microfinanças, dedica-se a prestar serviços a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte. Diferencia-se dos demais tipos de atividade microfinanceira essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente para aquela adotada para as operações de crédito tradicionais. É comumente entendida como a principal atividade do setor de microfinanças, pela importância que representa para as políticas de superação da pobreza e geração de trabalho e renda (TORGA; BARBOSA; FERREIRA, 2017, p. 30).

Como é notório, esses empréstimos são direcionados especificamente a um público restrito, definidos por sua baixa renda e pelo seu ramo de negócios, seja um negócio formal ou informal, seja uma simples vendedora de cosméticos, um dono de uma mercearia ou de um bar, que usualmente não tem acesso às formas convencionais de crédito por não terem como oferecer garantias reais.

Santos (2016a), que fez um estudo sobre a política de financiamento de microcrédito no município de Itabaiana, Estado de Sergipe, aponta que se por um lado, o microcrédito apresenta elevado potencial de ampliação do seu mercado de atuação, de redução da pobreza e promoção de mudança social, por outro, ele apresenta uma série de indagações que ainda não foram amplamente pesquisadas e explicadas pela literatura sobre o tema, como, por exemplo: mesmo com as relativas facilidades de obtenção de microcrédito, qual o motivo para alguns microempreendedores ficarem em situação de inadimplência? Ou mesmo, se o microcrédito é a alternativa mais adequada para microempreendedores e cidadãos de baixa renda?

Assim, uma das grandes contribuições das operações de microcrédito, principalmente, para os agentes de crédito é promover uma avaliação/reflexão para indicar se aquele determinado programa de microcrédito, ou mesmo, se aquela determinada linha de concessão de microcrédito é ou não a principal alternativa de obtenção de microcrédito para o microempreendedor do campo e/ou da cidade.

Ainda nesse sentido, alguns dos principais desafios e ao mesmo tempo limitações do microcrédito são: confrontar a pobreza através da concessão de empréstimos com juros baixos para a população de baixa renda, como forma de promover a transformação social, sobretudo, nos países subdesenvolvidos; promover uma equiparação entre as classes sociais, ao combater a desigualdade, principalmente, as desigualdades financeiras e sociais, desfazendo hegemonias; incluir as pessoas no mercado de trabalho, combatendo assim o desemprego, um dos grandes problemas do Brasil na atualidade; risco de endividamento das classes que formam a base da pirâmide social do país, agravando a crise social e financeira; e fomentar as iniciativas do pequeno empreendedor. A ausência de garantias reais por parte do microcrédito tem sido atendida de duas maneiras. A primeira parte do princípio do aval solidário (ou fiança solidária),

que consiste na reunião, em geral de no mínimo três pessoas e no máximo dez, todas com atividades econômicas e com necessidade de crédito, que confiam mutuamente umas nas outras, com o objetivo de assumir responsabilidades pelos créditos de todo o grupo. A segunda trata-se da apresentação de um avalista ou fiador que preencha todas as exigências e condições estabelecidas pela instituição financeira (SANTOS, 2016a).

Além de Santos (2016a), alguns estudiosos como Alves e Camargos (2014), Torga, Barbosa e Ferreira (2017), e, sobretudo Roodman (2012), acreditam que o microcrédito para os pobres é uma opção inadequada para combater a pobreza. Em outras palavras, depende muito do tipo de negócio do microempreendedor, de como está o mercado de créditos e quais as flutuações do mercado financeiro de forma geral. Por isso, a avaliação, a gestão e a consultoria oferecida pelos agentes de crédito são uma forma de lidar com esse problema de uma forma mais consistente, com o intuito de ajudar o microempreendedor a decidir se o microcrédito é a alternativa mais adequada para seu caso, ou seria melhor recorrer a uma poupança, a um seguro.

Mesmo assim, Freitas (2013) explicita que, a partir da avaliação que faz do comportamento organizacional e burocrático das instituições bancárias brasileiras é muito pouco provável que alguns dos tipos de microempreendedores citados até aqui consigam encontrar programas ou facilidades em microcrédito para conseguir um empréstimo nesse tipo de instituição financeira, até porque, o microcrédito é a principal alternativa de serviço disponibilizado pelo setor micro financeiro no mundo, que prioriza em seus programas “algumas metodologias alternativas de oferta de crédito, além do crédito individual, têm sido adotadas, como o crédito solidário, em que este é liberado entre grupos de clientes ou também, em algumas regiões, na forma de crédito para Bancos Populares (tratados como Vilas Bancárias) (CORDEIRO, 2012, p. 73)”. Isso ocorre porque, em geral, as instituições bancárias do país possuem uma cultura organizacional bastante fechada para os microempreendedores, devido às suas elevadas taxas de juros, reduzido número de operações, falta de interesse para as necessidades financeiras das pessoas de baixa renda, a exigência de garantias patrimoniais caso o empréstimo não seja quitado e uma estrutura de gestão verticalizada, que logicamente exclui a população que está na base da pirâmide social, enfim, falta de acesso ao crédito pelos microempreendedores.

Em razão dos apontamentos colocados por esses pesquisadores se fundamenta a base do referencial teórico da pesquisa. Partindo desses pressupostos teóricos, o estudo em questão busca identificar e analisar as causas de inadimplência de microempreendedores tomadores de microcrédito de instituições financeiras que atendem à macrorregião de Picos-PI.

2.3 O risco do microcrédito na concessão de empréstimos

Para Santos (2016c), um dos motivos para a elevação da taxa de inadimplência das carteiras de microcrédito das Instituições de Microfinanças (IMFs) advém do desvirtuamento da metodologia de concessão do crédito, ao não serem empregados métodos característicos de concessão como o aval solidário.

Por possuir finalidade exclusiva para o desenvolvimento das atividades dos microempreendedores, seja para capital de giro (compra de mercadorias/reposição de estoque) ou para pequenos investimentos na estrutura do estabelecimento (pequenas reformas, aquisição de máquinas e equipamentos), o microcrédito muitas das vezes é utilizado de maneira inapropriada por parte de quem usufruí do mesmo, por exemplo, desvirtuando a real finalidade do crédito, utilizando o crédito para beneficiamento inadequado de necessidades pessoais ou até mesmo para desviá-lo para outras pessoas. Visto que o microcrédito não possui tanta burocracia em relação a outras linhas de créditos, além da rapidez em que o empréstimo está à disposição dos clientes, ou seja, em um curtíssimo prazo, ele pode se tornar uma alternativa

ineficaz para resolução dos problemas dos microempreendedores, caso não seja utilizado de forma responsável. Daí a importância da consultoria e da avaliação do agente de microcrédito.

De acordo com Alves e Camargos (2007), a concessão de crédito configura-se como atividade de risco devido aos diversos vários fatores que podem afetar o devedor no que se refere à capacidade e à pretensão de pagamento. Assim, a possibilidade de inadimplência por parte do devedor caracteriza-se como risco determinante no momento de concessão do crédito, devendo-se o agente de microcrédito levar em consideração fatores como experiência no negócio; renda do avalista, faturamento mensal do microempreendimento; resultado operacional do microempreendimento; setor de atividade da empresa; tempo de atividade da empresa; situação da empresa (formal ou informal); importância do negócio; finalidade do crédito; valor do contrato de crédito; prazo do financiamento; valor da parcela do financiamento e outros fatores que o mesmo julgar pertinente.

Nesse sentido, o que para Alves e Camargos (2007) seria um “risco determinante”, para Magdalon e Funchal (2016) seria um “risco moral”, ou seja, quando o tomador do crédito, ao agir de maneira oportunista, oculta suas reais intenções de pagamento para descumprir o acordo pré-estabelecido com o agente de microcrédito no que diz respeito ao objetivo original de destinação do recurso: o investimento no microempreendimento. Assim, para coibir tal prática, os agentes precisam estar atentos ao histórico financeiro de cada um de seus clientes e dispor do máximo de informação em relação ao seu comportamento como microempreendedor e cidadão.

Mesmo pelo fato do microcrédito não exigir garantias reais, esses riscos são eminentes em cada operação, pois segundo Magdalon e Funchal (2016), além das garantias sociais (aval solidário e fiança), a atuação do agente de microcrédito é indispensável para esse risco não ter uma probabilidade maior de ocorrer, visto que mesmo com a atuação do agente desde a solicitação do crédito até o acompanhamento e monitoramento do cliente, esse risco pode ocorrer, pois nem sempre o agente é capaz de precaver ações futuras dos tomadores de crédito, tendo em vista as reais condições e ferramentas de trabalho disponibilizadas aos agentes pelas instituições de microcrédito.

3 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos empregados mesclam revisão bibliográfica do tema (pesquisa qualitativa) e aplicação de questionário de diagnóstico estruturado (pesquisa quantitativa) com uma amostragem de 30% dos microempreendedores considerados inadimplentes perante o sistema financeiro brasileiro, ou seja, com parcelas em atrasos superiores a 90 dias (BCB, 2015a).

Com isso, a pesquisa buscou analisar os clientes inadimplentes com operações entre 90 a 360 dias de atraso, em programas de microcrédito da macrorregião de Picos, que contraíram empréstimo nos últimos 12 meses. Os procedimentos metodológicos são de natureza mista. O questionário aplicado aos clientes dos agentes inadimplentes tem caráter indutivo. O método indutivo parte da observação de fenômenos particulares para produzir tendências explicativas sobre fenômenos mais abrangentes, com o intuito de formular leis gerais sobre uma determinada problemática de pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Na pesquisa em questão, uma vez identificados os fatores condicionantes da inadimplência de microempreendedores em programas de microcrédito na macrorregião de Picos-PI, em estudos futuros poder-se-ia propor ações e/ou planos de consultoria em microcrédito, que pudessem minimizar ao máximo os fatores que fazem com que esses microempreendedores entrem em situação de inadimplência.

3.1 Delineamento da pesquisa

Nesse sentido, o método indutivo possibilita conhecer fatos concretos, confrontá-los com outros dados, para assim poder propor soluções para o problema e/ou objeto de estudo observado. A revisão bibliográfica foi realizada no sentido de conhecer a temática de pesquisa de forma mais detalhada, utilizando de artigos, dissertações e teses no atual estado da arte da questão das microfinanças e do microcrédito que ajudem a compreender a dinâmica de concessão de microcrédito numa perspectiva mais geral (MIGUEL, 2012).

Através dos seguintes fatores condicionantes de inadimplência em operações de microcrédito adotados por Alves e Camargos (2014), ou seja, nível de escolaridade do microempreendedor; estado civil e gênero do microempreendedor; renda; experiência no negócio; gastos familiares; faturamento mensal do microempreendimento; setor de atividade da empresa; tempo de atividade da empresa; situação da empresa (formal ou informal); importância do negócio; e finalidade do crédito; foi possível caracterizar o perfil dos microempreendedores inadimplentes, além disso, foi elaborada 15 assertivas condizentes com as principais causas e motivos de atraso elencados pelos agentes, no intuito de avaliar o grau de concordância dos entrevistados. Com a aplicação do questionário de diagnóstico, o propósito então é compreender qual a influência de cada um dos fatores condicionantes no processo de inadimplimento dos microempreendedores da região de Picos.

Como evidencia a metodologia já empregada por Santos (2016b), a aplicação de questionário de diagnóstico estruturado objetiva coletar dados para facilitar uma posterior produção de gráficos, quadros e/ou tabelas que serão analisados com base na revisão da literatura atinente, tornando possível o entendimento e a contextualização dos problemas de pesquisa.

3.2 População e amostra da pesquisa

A população disponível de pessoas que contraíram empréstimos de microcrédito nos últimos 12 meses na macrorregião de Picos, é de pouco mais de 15 mil microempreendedores, de acordo com os 30 agentes entrevistados, que atendem 29 cidades da macrorregião de Picos-PI, com experiência de atuação de pelo menos dois, em que 25 destes agentes possuem ou estão concluindo curso superior em áreas como Administração de Empresas, Matemática, História e Contabilidade. Já os outros cinco agentes de microcrédito possuem apenas o nível médio ou nível técnico.

Contudo, ainda com base na pesquisa realizada com os agentes, estima-se que em média cada agente possui 15 clientes inadimplentes, o que totalizaria um universo de aproximadamente 450 clientes com operações entre 90 e 360 dias de atrasos, onde 30% dessa amostragem, isto é, 140 clientes, foram entrevistados e forneceram suas informações sobre a sua eventual situação de inadimplência. São pessoas dos mais diferentes tipos de ocupação e microempreendimento, todas residentes num raio de no máximo 80 quilômetros ao redor de Picos.

3.3 Instrumento e estratégia de coleta de dados

A estratégia de coleta de dados foi dividida em três momentos. Primeiro, entrevistas realizadas com 30 agentes de microcrédito que além das informações iniciais, foram aplicadas três perguntas (duas objetivas e uma subjetiva), a serem respondidas pelos mesmos, com o intuito de formular assertivas indutivas a partir de suas respostas referentes aos principais motivos e causas de inadimplência dos clientes, mensurando a quantidade de clientes ativos e a média de clientes inadimplente de cada agente atuante em uma determinada cidade. O segundo, utilizar-se-á de uma revisão bibliográfica da temática, caracterizando o perfil dos microempreendedores inadimplentes baseado nos fatores condicionantes de inadimplimento já

elencados por Alves e Camargos (2014) e citados ao longo desta exposição.

No terceiro momento, a análise é através dos resultados obtidos por meio da aplicação do questionário de diagnóstico de caráter indutivo e de natureza estruturada, onde foi utilizada a escala de Likert (1967) a fim de analisar o grau de concordância dos entrevistados em escala de um a cinco: (1) discordo fortemente; (2) discordo um pouco; (3) nem discordo nem concordo; (4) concordo um pouco; e (5) concordo fortemente em relação aos fatores recorrentes de inadimplência elencados pelos agentes de microcrédito através da pesquisa qualitativa em que os agentes ficaram a vontade para responder a pergunta subjetiva do questionário. Buscou-se confrontar os principais motivos de inadimplência elencados pelos agentes de microcrédito em suas respectivas carteiras de clientes, como uma estratégia para embasar melhor a metodologia, para que não se ocorra o risco da pesquisa chegar a um resultado irreal ou não representativo da realidade estudada (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.4 Estratégia de análise de dados

Os dados coletados foram tabulados conjuntamente e analisados utilizando-se o *Microsoft Excel*[®]. Uma vez coletados, o objetivo foi transformar essas informações em gráficos, quadros e/ou tabelas que possam ser analisados com mais atenção, uma vez que isso favorecerá também a comparação dessas informações com as informações encontradas na revisão bibliográfica do tema.

Esses fatores permitem, ao realizar a análise das informações a partir deles, identificar a influência de cada um deles na situação de inadimplência; investigar a relação do aumento ou queda de regimento tomando como referência as variações que impactaram no ramo que o microempreendedor atua; perceber a efetiva importância do seu negócio, o que pode ajudar a mensurar a perspectiva de progresso ou retraimento do rendimento a curto, médio e longo prazo; averiguar se o crédito foi realmente aplicado e comparar com a situação do negócio após sua aplicação; além de identificar quais os empréstimos que estão atrasados e qual o motivo do atraso.

4 Análise e discussão dos resultados

4.1 Caracterização dos microempreendedores inadimplentes

Assim como no caso de um cliente que pretende adquirir um determinado produto ou serviço, o estado civil, mas sobretudo, o gênero do microempreendedor, é um elemento importante a se considerar no momento de concessão de qualquer tipo de microcrédito, uma vez que as responsabilidades familiares podem influenciar no atraso ou, quando contrário, no pagamento em dia do empréstimo. A pesquisa realizada conseguiu identificar que 54,29% são do sexo feminino e 45,71% são do sexo masculino.

A idade se configura como um fator relevante, pois, em geral, os microempreendedores mais antigos, que por motivos naturais possuem mais experiência, podem reagir melhor às oscilações do mercado e as intempéries financeiras comuns em períodos de crise. Assim, a coleta de dados chegou às seguintes informações: a maioria dos clientes, ou seja, 25 % são da faixa etária dos 25 aos 30 anos; seguida de três faixas etárias mais expressivas com igual percentual, dos 31 aos 35 anos, dos 36 aos 40 anos, dos 41 aos 45 anos, todas compondo 17,95 % dos clientes cada.

Sem dúvida, o nível de instrução é uma condição fundamental para o microempreendedor alavancar o seu negócio e cumprir seus compromissos financeiros, já que não basta saber empreender e ter experiência no negócio. É preciso, pois, compreender melhor do que qualquer outra pessoa, onde o microempreendedor quer chegar; quais os meios/recursos

de que necessita; e até que ponto seu microempreendimento é viável. Sobre dados relativos ao nível de instrução pode-se destacar três grupos maiores. A maioria dos microempreendedores inadimplentes da macrorregião de Picos, isto é, 30% possuem do 6º ao 9º ano. Em segundo lugar, tem-se o grupo referente ao 1º e o 4º ano, ou seja, 26,14%. Logo em seguida, tem-se os microempreendedores que possuem até o 4º ano, com 17,95% da amostragem.

Quando o quesito é participação em programas de microcrédito, a maioria (67,75%) dos microempreendedores entrevistados responderam participar de apenas um programa de microcrédito. O segundo maior grupo que representa 27,10% afirmou participar de dois programas de microcrédito. O terceiro maior grupo, (4,23%), disse que participa de três programas de microcrédito.

Com certeza, a renda é um dos quesitos mais relevantes na concessão de um tipo de microfinanças pelo agente de microcrédito, uma vez que ela pode sinalizar a capacidade de o cliente honrar com seus compromissos financeiros. Além disso, – entre outros aspectos, obviamente –, pode estar na renda, caracterizando-se com um indício de desvio de finalidade do crédito. A maioria dos entrevistados que responderam o questionário, ou seja, 42,85%, possuem uma renda entre um e dois salários; o segundo maior grupo (40% dos clientes), têm renda de até um salário mínimo⁶; e o terceiro (11,43%), possuem uma renda entre três e quatro salários.

Assim como a renda, as despesas familiares também influenciam na capacidade de o microempreendedor manter a saúde financeira do negócio. Com os dados obtidos com a aplicação do questionário foi possível identificar dois grupos que se destacam. A maioria dos clientes entrevistados, isto é, 42,85%, possuem despesas familiares de entre R\$ 601 e 800 reais; o segundo maior grupo, 32,15%, contam com despesas de entre R\$ 451 e 600 reais.

No tocante à questão da experiência no negócio, identificou-se que o maior grupo, ou seja, 40,72% da amostragem da pesquisa já possuem mais de quatro anos de experiência no negócio. O segundo maior grupo, com 29,28%, possui um ano de experiência; o terceiro possui 10,72%, conta com três anos.

Em relação ao faturamento mensal do microempreendimento, a coleta de dados via questionário aplicado com os microempreendedores chegou aos seguintes resultados: a maioria, 50,72%, possuem um faturamento mensal de até R\$ 1.000,00 reais, ou seja, nível de subsistência; o segundo maior grupo, 32,85%, possuem um faturamento mensal de entre R\$ 1.001,00 e R\$ 5.000,00 reais (acumulação simples); e o último grupo, 16,43%, dispõe de um faturamento ao mês de entre R\$ 5.001,00 e R\$ 10.000,00 reais (acumulação ampliada).

No que diz respeito ao setor de atividade, a amostragem da pesquisa constata que o maior grupo, ou seja, 84,29%, possuem como setor de atividade o comércio, o que apenas confirma a histórica vocação comercial da macrorregião de Picos. O segundo maior grupo representado por 11,42%, que estão envolvidos no setor de atividade de serviços. O último grupo está ligado ao setor industrial, totalizando somente 4,29% da amostragem.

Sobre o tempo de participação em programas de microcrédito, pode-se destacar três grupos maiores: os microempreendedores com mais de quatro anos de participação em programas de microcrédito, que somam 42,85%; aqueles com 23,58%, com um ano; e o último grupo com 12,15%, com três anos.

A situação da empresa do microempreendedor pode ser classificada em formal e informal. Os dados para esse quesito são curiosos e profundamente significativos, pois, 92,85% da amostragem estão com seus negócios no plano da informalidade. Apenas 7,15% dos microempreendedores estão com seus negócios regularizados perante os órgãos responsáveis.

No tocante à importância do negócio, as informações obtidas dão conta de que a maioria, ou seja, 76,42%, possuem além do faturamento do negócio, outra fonte de renda (emprego,

⁶Considera-se o salário mínimo nacional, no ano de realização desta pesquisa, que é de R\$937 reais (novecentos e trinta e sete reais).

ensão, benefícios ou aposentadoria); ao passo que somente 23,58% conta única e exclusivamente com a renda do seu microempreendimento.

No que se refere à finalidade do crédito foram obtidos dados significativos, pois 90% afirmou empregar o crédito obtido em capital de giro, para garantir o funcionamento do negócio e comprar matéria-prima. Outros 6,43% afirmaram empregar o crédito em investimentos fixos e capital de giro. O último grupo, compondo somente 3,57%, afirmou utilizar os recursos em microcrédito apenas para aquisição de ativos fixos e reformas.

4.2.1 Fatores de maior recorrência de inadimplência

A Figura 1 mostra o grau de concordância dos clientes entrevistados sobre as assertivas condizentes com os cinco fatores de maior recorrência da inadimplência dos microempreendedores tomadores de microcrédito da macrorregião de Picos, elencados pelos agentes de microcrédito entrevistados. Portanto, os fatores de maior recorrência elencados são: utilização do crédito para suprir com necessidades pessoais (desvio de crédito); preferiu priorizar outras obrigações; falta de compromisso e responsabilidade; endividamento e declínio das vendas em razão da situação econômica do país (crise financeira).

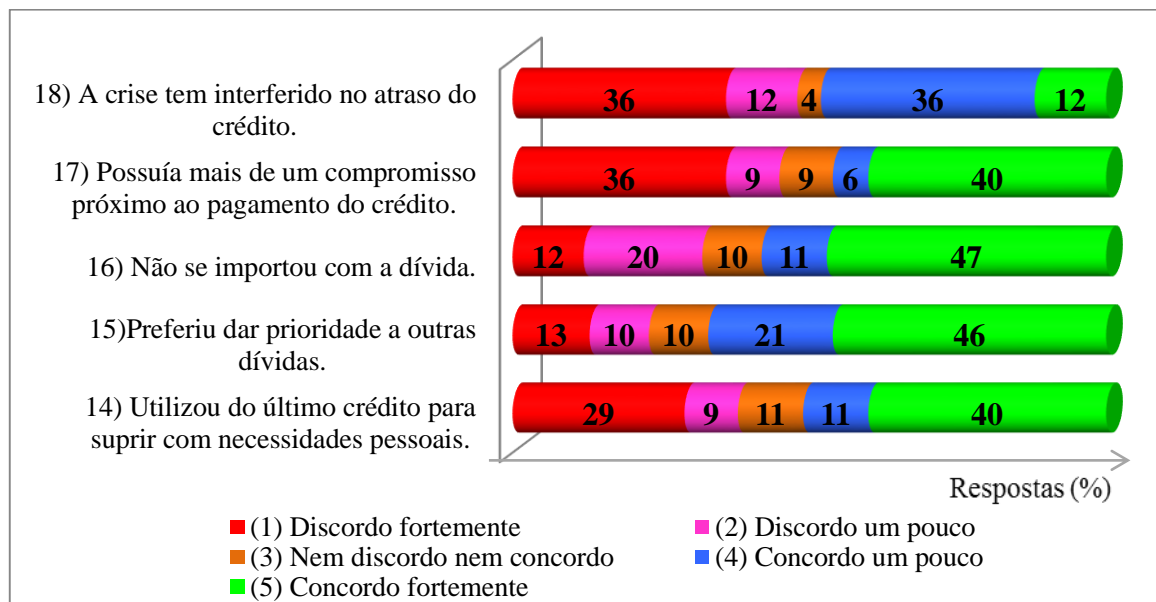


Figura 1 – Grau de concordância aos fatores de maior recorrência de inadimplência

Fonte: Pesquisa direta

Sobre a assertiva 14, obteve-se os seguintes grupos de maior destaque: A maioria, ou seja, 40%, concordou fortemente; o segundo maior grupo, formado por 29%, discordou fortemente; já o terceiro e quarto grupos, contendo ambos 11%, disseram, respectivamente, que nem discordam nem concordam, e que concordam um pouco.

Quanto a assertiva 15, a maioria dos clientes, 46%, afirmaram concordar fortemente que deram prioridade a outras dívidas, o que pode justificar muito um possível atraso e /ou endividamento do mesmo. Para se ter uma ideia, o segundo grupo já possui menos da metade do primeiro, foram apenas 21% que assinalaram que concordam um pouco quanto a este ponto.

No que se refere a assertiva 16, também pode-se separar dois grupos de maior concordância. A maioria dos clientes de microcrédito entrevistados, isto é, 47%, afirmaram concordar fortemente que não se importam com a dívida, o que é um número relativamente

significativo. O segundo maior grupo, composto de 20%, discordou um pouco quanto a este quesito.

No que diz respeito às assertivas 14, 15 e 16, Magdalon e Funchal (2016) entendem que existem certas falhas e imperfeições específicas no mercado de créditos, que estão relacionadas com possíveis distorções sobre as informações que agente de crédito possui acerca do cliente. Os autores apontam que muitas dessas imperfeições e falhas, isto é, o fato de não dar prioridade à dívida, utilização do crédito para objetivos pessoais ou mesmo não se importar com a dívida, podem estar relacionadas com o que chamam de “risco moral”, quando o cliente, agindo de maneira oportunista, descumpra os pontos pré-acordados com o agente no sentido de usar o microcrédito de maneira estranha ao objetivo original ou até mesmo contrair o empréstimo com a intenção de não cumprir com as obrigações de pagamento.

Em relação a assertiva 17, tem-se dois grupos em destaque. A maioria, 40%, afirmaram que concordam fortemente. O segundo maior grupo de clientes, 36%, discordaram fortemente quanto a este quesito.

Os dados coletados sobre a assertiva 18, indica que os clientes que ficaram divididos quanto a este quesito. Assim, quanto a esse ponto, a maioria, ou seja, 36%, discordou fortemente. O segundo grupo de maioria, também com 36%, concordou um pouco. O terceiro grupo, contendo 12,5%, discordou um pouco.

As assertivas 17 e 18, dão ênfase ao pensamento de Okano e Fernandes (2017) em que acreditam que a crise política, econômica e social que assolou o Brasil nos últimos anos, afetou diretamente o mercado de microcrédito e os microempreendedores, impactando drasticamente no endividamento e declínio das vendas destes.

4.2.2 Fatores de média recorrência de inadimplência

No que diz respeito a Figura 2, sobre o grau de concordância dos entrevistados em relação as assertivas condizentes com os fatores que os agentes consideram de média recorrência, isto é, investimento errado; não aplicação do crédito na atividade; repasse para terceiros; falta de caráter; ausência de controle administrativo da atividade com despesas pessoais (educação financeira).

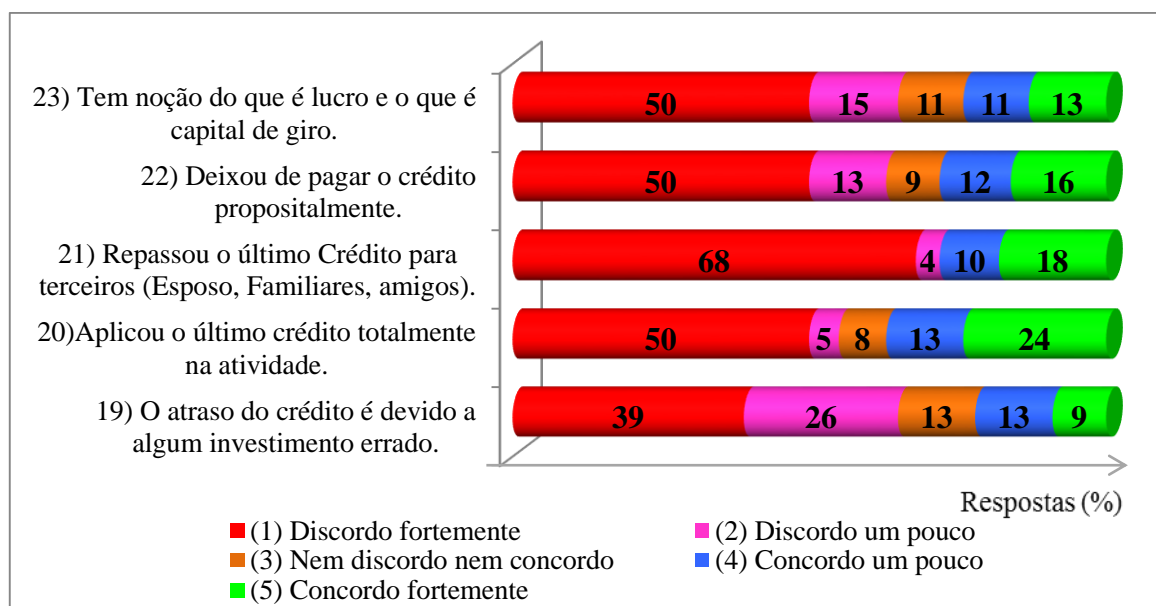


Figura 2 – Grau de concordância aos fatores de média recorrência de inadimplência.

Fonte: Pesquisa direta

Esses fatores possuem uma capacidade de oferecer um panorama que permitirá ao agente de microcrédito avaliar se o microempreendedor está sendo ou não coerente com a aplicação do empréstimo contraído, já que de acordo com Silva, Silva Neto e Araújo (2017), a educação financeira por parte do microempreendedor e a percepção de risco por parte do agente de microcrédito são dois pontos de uma balança que devem caminhar juntos, no sentido de garantir a correta, responsável e consciente aplicação do investimento, assim como, diminuir os níveis de inadimplimento.

Assim sendo, no que diz respeito a assertiva 19, a maioria, isto é, 39%, indicaram discordavam fortemente quanto ao atraso ser devido a algum investimento errado. O segundo maior grupo, já com 26%, afirmaram que nem concordam nem discordam dessa assertiva.

No que se refere a afirmação 20, a maior parte dos clientes, ou seja, 50%, discordou fortemente. O segundo maior grupo, formado por 24%, concordou fortemente.

Na assertiva 21, a significativa maioria dos clientes, 68%, respondeu que discordam fortemente.

No que diz respeito a afirmação 22, a maioria, 50%, discordou fortemente. Já o segundo grupo mais significativo, composto por 16,5%, concordou fortemente.

Com efeito, ainda de acordo com Magdalon e Funchal (2016), em relação as assertivas 19, 20, 21 e 22, uma das principais estratégias do agente de microcrédito para se precaver dos riscos que envolve repasse, má utilização do crédito e a intenção do tomador de não pagar, é dispor do máximo de informações sobre o cliente, avaliando com cautela a concessão do crédito.

Por fim, em relação a assertiva 23, apenas um grupo se destaca. A maioria dos clientes, ou seja, 50%, discordou fortemente. Em outras palavras, os agentes de microcrédito acreditam que os microempreendedores não dominam estas duas noções. Essas informações fazem muito sentido quando levado em consideração a opinião de Ambrozini, Matias e Pimenta Júnior (2014), que afirmam que a gestão de capital de giro sempre foi um desafio para as empresas brasileiras. Além disso, nos empreendimentos menores essa noção é percebida pelos microempreendedores de forma bastante superficial.

4.2.3 Fatores de menor recorrência de inadimplência

Por fim, os fatores de baixa recorrência segundo os agentes são: problemas de saúde; incapacidade financeira de cumprir com o aval solidário; atritos pessoais com integrantes do próprio grupo; separação judicial ou fim de relacionamento e falhas na análise do crédito. Conforme a Figura 3, logo abaixo, observa-se o grau de concordância dos entrevistados em relação as assertivas condizentes a esses fatores.

Na afirmativa 24, a maioria considerável dos clientes, 71%, discordou fortemente. O segundo grupo, somente com 12% afirmou concordar fortemente que os problemas de saúde ocasionaram devidos atrasos.

As informações obtidas na assertiva 25, apontam que a maioria, ou seja, 52%, disse discordar fortemente. O segundo e o terceiro grupos, contendo ambos 18%, assinalaram concordar um pouco e concordar fortemente do motivo de estarem inadimplentes seja devido não possuir capacidade de cumprir com o aval.

Na afirmativa 26, a maioria, 64%, respondeu discordar fortemente. O segundo grupo, formado por apenas 12%, concordou fortemente que atrasou devido conflitos com integrantes do grupo.

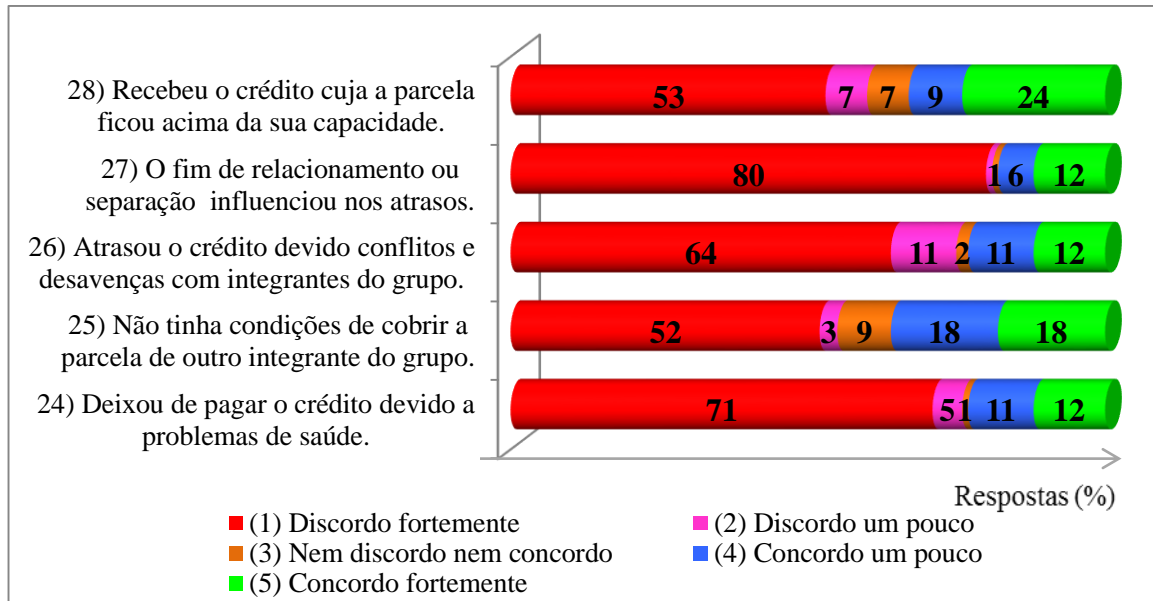


Figura 3 – Grau de concordância aos fatores de menor recorrência de inadimplência.

Fonte: Pesquisa direta

Em relação a assertiva 27, a considerável maioria da amostragem, isto é, 80% responderam que discordam fortemente sobre a influência da separação conjugal na inadimplência.

Segundo Frota, Brasil e Fontenele (2014), com base nas assertivas 24, 25, 26 e 27, os fatores subjetivos, as características socioeconômicas e o comportamento do microempreendedor possuem impacto direto na sua capacidade de gerir o negócio e honrar com os compromissos do empréstimo. Com o interesse das classes mais baixas em empreender, principalmente num cenário de crise social e econômica, as questões sociais ganham significativo relevo na expectativa de pagamento. Dessa forma, a capacidade do microempreendedor de gerir o negócio é, segundo esses autores, um fator determinante para garantir a adequada gerência do negócio.

No que diz respeito a assertiva 28, a pesquisa chegou aos seguintes resultados: 53%, a maioria respondeu discordar fortemente. Já que o segundo maior grupo totaliza 24%, que assinalou concordar fortemente.

Referente a assertiva 28, no entendimento de Magdalon e Funchal (2016) demonstra que há falhas, em um percentual significativo, na análise de crédito por parte do agente na vigência do contrato, o que se torna insuficiente o êxito em coibir os problemas derivados do risco moral.

5 Considerações finais

Em geral, os resultados obtidos com a pesquisa apontam que o risco é inerente em qualquer operação de crédito, porém o índice de inadimplência em instituições de microcrédito que atende a macrorregião de Picos-PI é de se entusiasmar, visto que a quantidade média de clientes inadimplentes contabilizam em torno de 3% do total de pouco mais de 15 mil tomadores de microcrédito estimados pelos agentes, um número bem relevante para afirmar que o microcrédito na macrorregião de Picos-PI possui uma viabilidade econômica, social e cultural bastante aceita. Porém com inadimplência ainda que consideravelmente baixa, há certos fatores

que poderiam ser minimizados mais ainda, contudo há um grau de reincidência grande desses fatores.

De uma forma geral, o que a análise de todos os fatores que influenciam e condicionam a liberação de microcrédito sinalizam com evidência que o papel do agente de microcrédito, como já assinalara Gonzalez, Porto e Diniz (2017) é de suma importância para que as microfinanças no Brasil atinjam seus objetivos sociais e econômicos, ajudando a tirar da pobreza parte das classes historicamente excluídas e desprovidas de recursos para seguir em frente com seus negócios, assim como foi em países como Bangladesh (SANTOS, 2016c), quando houvera um compartilhamento da riqueza produzida pelo conjunto da população nacional.

Além disso, tanto Magdalon e Funchal (2016) como Alves e Camargos (2014), acreditam que o papel do agente de microcrédito é a principal ferramenta que programas de microcrédito possuem para minimizar ao máximo os riscos de inadimplência, além de algumas instituições possuírem metodologias rigorosas que penalizem os tomadores de microcrédito em eventuais atrasos. Ainda assim, cabe ao agente avaliar o nível de todos os riscos, inclusive o risco moral, em que apresentou maiores recorrência nessa pesquisa, observando a realidade financeira do cliente e a perspectiva de crescimento de cada negócio, considerando ainda o cenário econômico e o contexto social. Seja como for, para reduzir os fatores que condicionam a inadimplência de microempreendedores da macrorregião de Picos é necessário que os agentes conheçam e acompanhem com atenção cada um de seus clientes, mas para isso, também é preciso que as instituições que estes são ocupados, disponibilizem ferramentas e condições para se trabalhar conforme as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central, visto que os próprios agentes nas entrevistas mencionaram que há falhas em sua própria concessão de crédito devido não possuírem condições, em muitas das vezes, de realizar uma análise mais minuciosa e crítica para evitar fatores relacionados como o risco moral por exemplo.

É evidente que os microempreendedores da macrorregião de Picos possuem o microcrédito como uma das principais – talvez a principal – alternativa para solucionar seus problemas de capital de giro, dívidas e empréstimos, não apenas para garantir a manutenção de seus negócios, mas para destinação diferente do objetivo original do empréstimo, que seria obtenção de capital de giro e alavancagem do microempreendimento. Essa significativa recorrência dos microempreendedores locais por essa modalidade creditícia pode ser justificada pelos baixos juros e pela relativa facilidade na aquisição do dinheiro. Assim, de fato o microcrédito constitui uma alternativa recorrente dos microempreendedores da macrorregião de Picos para solucionar diversos problemas financeiros. Mesmo com um razoável problema de risco moral entre esses clientes, considerando o conjunto da amostragem, foi possível concluir que o impacto das microfinanças no processo de endividamento dos microempreendedores entrevistados é mínimo, pois eles contam com outras fontes para evitar grandes atrasos no pagamento do empréstimo, além de ser beneficiados pelo baixo nível dos juros.

Portanto, esse estudo direciona a uma perspectiva de realização a novas pesquisas no intuito de definir parâmetros que auxiliam aos agentes de microcrédito a desempenhar seu trabalho de maneira mais eficaz, como por exemplo, estabelecer quantidade média de clientes a ser atendidos, evitando carteiras elevadas e uma ineficiência em administrá-la; limitar a quantidade de municípios a ser atendido por um único agente, bem como otimizar as distâncias a ser percorrida em sua jornada de trabalho, para que os agentes possam estar visitando, acompanhando e monitorando com maior recorrência seus devidos clientes, possibilitando assim, que os agentes analise com maior cuidado e senso crítico cada concessão de crédito, verificando a verdadeira necessidade de capital de giro do cliente e sua real intenção de pagamento, possibilitando a redução ainda mais da inadimplência em operações de microcrédito na macrorregião de Picos – PI.

Referências

ALVES, César Moreira; CAMARGOS, Marcos Antônio. Fatores condicionantes da inadimplência em operações de microcrédito. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 59-74, jan./mar., 2014.

AMBROZINI, Marcelo Augusto; MATIAS, Alberto Borges; PIMENTA JÚNIOR, Tabajara. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 15-37, maio/ago., 2014.

BCB. **Resolução nº 4.152, de 30 de outubro de 2012**. Disciplina as operações de microcrédito por parte das instituições que específica, Brasília, 2012. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4152_v1_O.pdf. Acesso em: 01 out. 2017.

BCB. **Série cidadania financeira**: educação, proteção e inclusão. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015.

BRAGA, Thaiz Silveira. **Programas públicos de microcrédito produtivo orientado**: uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito. 2011. 169 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Bahia, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Programas e ações. Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): histórico**. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/historico-pnmpo/>. Último acesso em: 14 out. 2017.

COLODETI, Vicente de Paulo; LEITE, Izildo Corrêa. Microcrédito, informalidade e “combate à pobreza”. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 12, n. 24, p. 385-406, jul./dez., 2012.

COLODETI, Vicente de Paulo. **Microcrédito**: uma política social de redução da pobreza? 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

CORDEIRO, Luciana Maria Costa. **As microfinanças como instrumento de inclusão financeira**: uma análise com base no desempenho das atividades no Brasil. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

FREITAS, Alair Ferreira de. Organizações de microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, RS, v. 6, n. 1, p. 39-54, jan./mar., 2013.

FROTA, Gilberto Barroso da; BRASIL, Marcus Vinicius de Oliveira; FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.3, n.2, p. 42-69, 2014.

GONZALEZ, Lauro; PORTO, Lya; DINIZ, Eduardo Henrique. Microcrédito produtivo no Brasil: histórico recente e condicionantes de desenvolvimento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 22, n. 72, p. 184-204, maio/ago., 2017.

IBGE. **Censo agropecuário**, 2006. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pi/picos/pesquisa/24/27745>>v. Acesso em: 15 set. 2017.

IBGE. **Pecuária**, 2015. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pi/picos/pesquisa/18/16459>. Último acesso em: 15 set. 2017.

IBGE. **Estatísticas econômicas**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Mensal, 2017. Disponível em:
https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores_2017.php. Acesso em: 01 out. 2017.

MAGDALON, Wandnéia da Penha; FUNCHAL, Bruno. O efeito do microcrédito produtivo orientado no Brasil: incentivo à inadimplência? **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 13, n. 4, p. 294-308, out./dez., 2016.

MANGA, Márcio. **Microfinanças e sustentabilidade**. Curitiba: Appris, 2015.

MIGUEL, Antonia Celene. Microcrédito no Brasil: uma agenda de política pública para o mercado de microfinanças. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, p. 1-23 p. jan/jul. 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

OKANO, Marcelo; FERNADES, Marcelo Eloy. A importância do microcrédito para o desenvolvimento do empreendedor brasileiro em momentos de crises. **Revista Espacios**, v. 38, n. 22, p. 1-16, 2017.

ROODMAN, David. O microcrédito cria pobres endividados. **Revista Época**, p. 1, 3, fev., 2012.

SANTOS, Maria Joseane Costa. **O programa de microcrédito Crediamigo**: microfinanças e mercado de trabalho na política de geração de emprego e renda em Itabaiana-SE. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2016a.

SANTOS, Ana Lúcia Carvalho dos. **Mudanças regulatórias no microcrédito e desempenho financeiro e social de cooperativas de crédito no Brasil**. 2016. 189 f. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, 2016b.

SANTOS, Ana Lúcia Carvalho dos. Determinantes da regulação de instituições de microfinanças. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep – REFICONT** – v. 3, n. 1, p. 84-101, jan/jun., 2016c.

SILVA, Jucyara Gomes da; SILVA NETO, Odilon Saturnino; ARAÚJO, Rebeca Cordeiro da Cunha. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e

percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 104-120, maio/ago., 2017.

TORGA, Eliana Marcia Martins Fittipaldi; BARBOSA, Francisco Vidal; FERREIRA, Bruno Pérez. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 28-46, jan./mar., 2017.

TRÍAS DE BES, Fernando; KOTLER, Philip Kotler. **A bíblia da inovação**. São Paulo: Leya, 2011.

VIEIRA, Leandro Martins; BARBOSA, Francisco Vidal. Microcrédito e Microempreendedor: o caso do Crediamigo na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 1, p. 2-15, 2017.

APÊNDICE A – Questionário da pesquisa para os clientes inadimplentes de microcrédito



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO



PARTE I – INFORMAÇÕES INICIAIS

Dados do entrevistado

01) Gênero:

- (1) Masculino (0) Feminino

02) Idade:

- | | |
|------------------|----------------------|
| (1) 18 – 24 anos | (6) 46 – 50 anos |
| (2) 25 – 30 anos | (7) 51 – 55 anos |
| (3) 31 – 35 anos | (8) 56 – 60 anos |
| (4) 36 – 40 anos | (9) 61 – 65 anos |
| (5) 41 – 45 anos | (10) Mais de 65 anos |

03) Maior nível de instrução obtido:

- | | |
|--------------------------------------|--------------------|
| (0) Sem instrução | (5) Curso Superior |
| (1) Até a 4ª Série (1º Grau Menor) | (6) Especialização |
| (2) Da 5ª à 8ª Série (1º Grau Maior) | (7) Mestrado |
| (3) Da 1ª à 3ª Série do 2º Grau | (8) Doutorado |
| (4) Curso Técnico | |

Qual a sua formação acadêmica? _____

4) Participa de Quantos Programas de Microcrédito:

- () Um () Dois () Três () Quatro

5) Renda

- () Até um salário
 () Entre um e dois salários
 () Entre três e quatro salários
 () Entre quatro e cinco salários
 () Acima de cinco salários

6) Despesas familiares

- () Até R\$ 450,00
 () Entre R\$ 451,00 e 600,00
 () Entre R\$ 601,00 e 800,00
 () Entre R\$ 801,00 e 1.000,00
 () Acima de R\$ 1.000,00

7) Experiência no negócio

- () Entre seis e dez meses
 () Um ano
 () Dois anos

- Três anos
- Mais de quatro anos

8) Faturamento mensal da atividade

- Até R\$ 1.000,00 (Subsistência)
- Entre R\$ 1.001,00 e R\$ 5.000,00 (Acumulação Simples)
- Entre R\$ 5.001,00 e R\$ 10.000,00 (Acumulação Ampliada)

9) Setor de atividade

- Comércio
- Serviços
- Indústria

10) Tempo de participação em programas de microcrédito

- Entre seis e dez meses
- Um ano
- Dois anos
- Três anos
- Mais de quatro anos

11) situação da empresa

- Formal
- Informal

12) Importância do negócio

- Empreendimento é a única fonte de renda da família do microempreendedor.
- Além do faturamento do negócio, possui emprego ou aposentadoria.

13) Finalidade do crédito

- Capital de giro
- Aquisição de ativos fixos e reformas
- Investimentos fixos e capital de giro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO



PARTE II

Considere a escala a seguir para identificar o **grau de concordância** com relação à inadimplência referente a programas de microcrédito sob sua percepção:

GRAU DE CONCORDÂNCIA

Discordo
Fortemente

Concordo
Fortemente



(1) Discordo Fortemente	(2) Discordo um Pouco	(3) Nem Discordo nem Concordo	(4) Concordo um Pouco	(5) Concordo Fortemente
-------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------	-----------------------------	-------------------------------

Em relação aos fatores de maior recorrência segundo os agentes de microcrédito, em empréstimos contraído nos últimos 12 meses, informe o grau de concordância das seguintes assertivas:

14) Utilizou do último crédito para suprir com necessidades pessoais.	1	2	3	4	5
15). Preferiu dar prioridade a outras dívidas.	1	2	3	4	5
16). Não se importou com a dívida.	1	2	3	4	5
17). Possuía mais de um compromisso para ser pago em um intervalo de dias próximo ao pagamento do crédito.	1	2	3	4	5
18) O declínio das vendas devido a crise tem interferido no atraso do crédito.	1	2	3	4	5

Em relação aos fatores de média recorrência segundo os agentes de microcrédito, em empréstimos contraído nos últimos 12 meses, informe o grau de concordância das seguintes assertivas:

19) O atraso do crédito é devido a algum investimento errado.	1	2	3	4	5
20). Aplicou o último crédito na atividade com a finalidade proposta na negociação com o agente de microcrédito.	1	2	3	4	5
21). Repassou o último Crédito para terceiros (Esposo, Familiares, amigos)	1	2	3	4	5
22) Deixou de pagar o crédito propositalmente mesmo possuindo dinheiro em Caixa.	1	2	3	4	5
23) Tem noção do que é lucro e o que é capital de giro no recebimento de vendas.	1	2	3	4	5

Em relação aos fatores de baixa recorrência segundo os agentes de microcrédito, em empréstimos contraído nos últimos 12 meses, informe o grau de concordância das seguintes assertivas:					
24) Deixou de pagar o crédito devido a problemas de saúde.	1	2	3	4	5
25) Deixou de pagar o crédito devido não ter como cobrir a parcela de outro integrante do grupo.	1	2	3	4	5
26). Atrasou o crédito devido conflitos e desavenças com integrantes do grupo.	1	2	3	4	5
27) O fim de relacionamento ou separação judicial influenciou nos atrasos.	1	2	3	4	5
28) Solicitou um valor, cuja a parcela ficou acima da minha capacidade de pagamento e foi aprovado.	1	2	3	4	5

APÊNDICE B – Questionário da pesquisa para os agentes de microcrédito



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO



PARTE I – INFORMAÇÕES INICIAIS

Dados do entrevistado

01) Gênero:

- (1) Masculino (0) Feminino

02) Idade:

- | | |
|------------------|----------------------|
| (1) 18 – 24 anos | (6) 46 – 50 anos |
| (2) 25 – 30 anos | (7) 51 – 55 anos |
| (3) 31 – 35 anos | (8) 56 – 60 anos |
| (4) 36 – 40 anos | (9) 61 – 65 anos |
| (5) 41 – 45 anos | (10) Mais de 65 anos |

03) Maior nível de instrução obtido:

- | | |
|---|--------------------|
| (0) Sem instrução | (5) Curso Superior |
| (1) Até a 4ª Série (1º Grau Menor) | (6) Especialização |
| (2) Da 5ª à 8ª Série (1º Grau Maior) | (7) Mestrado |
| (3) Da 1ª à 3ª Série do 2º Grau | (8) Doutorado |
| (4) Curso Técnico | |
| 4) Qual a sua formação acadêmica? _____ | |

- 5) Há quanto tempo você trabalho no cargo de agente de microcrédito?

PARTE II

1) Qual a quantidade de clientes ativos em sua carteira?

- a) Até 500 clientes
 b) Entre 501 e 650 clientes
 c) Entre 651 e 750 clientes
 d) Acima de 750 clientes

2) Qual a quantidade média por mês de clientes com operações entre 30 a 360 dias de atraso em sua carteira?

- a) Até dez clientes
 b) Entre 11 e 20 clientes
 c) Entre 21 e 30 clientes
 d) Acima de 30 clientes

3) Quais os principais motivos de atraso dos seus clientes?



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
(x) Artigo

Eu, José José da Silva, Anderson Dual Magalhães
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação

Fatores condicionantes da implantação de micro-empresários em programas de microcrédito na Microregião de Picos-PI
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 09 de Junho de 2018.

José José da Silva
Assinatura
Anderson Dual Magalhães
Assinatura

